



**TERRITÓRIO QUILOMBOLA,
TERRITORIALIDADES DE MULHERES:
UMA ABORDAGEM GEOGRÁFICA**

**QUILOMBOLA TERRITORY, TERRITORIALITIES OF
WOMEN: A GEOGRAPHICAL APPROACH**

**TERRITÓRIO QUILOMBOLA, TERRITORIALIDADES DE
MUJERES: UN ENFOQUE GEOGRÁFICO**

DOI 10.33360/RGN.2318-2695.2023.i1.p.06-23

Josy Dayanny Alves Souza

Doutoranda em Geografia pela Universidade Federal de Goiás (UFG)
Laboratório de Estudos de Gênero, Étnico-Raciais e Espacialidades (LaGente/UFG)
E-mail: geografajosysouza@gmail.com
<https://orcid.org/0000-0001-8479-9371>

RESUMO:

Este trabalho apresenta uma leitura sobre a ausência de discussões referentes às relações étnico-raciais na Geografia de Gênero e Geografia Feminista. Neste sentido, o artigo aborda a partir da tríade quilombo-mulheres-geografia, caminhos possíveis para uma abordagem sobre território. O percurso metodológico foi desenvolvido com base em uma investigação bibliográfica interdisciplinar. As reflexões realizadas, a partir deste diálogo, evidenciaram que: (a) a representação do território não é única, somente simbólica ou somente funcional, cada uma das instâncias (econômica, política, social e cultural) terá uma centralidade na análise; e, (b) a categoria quilombo oferece evidências para pensar uma realidade não circunscrita à lógica binária de gênero e de espaço. A mulher quilombola apresentada como centralidade nesta abordagem está associada às seguintes considerações: a invisibilidade de sua existência; ao fato do avanço no debate sobre gênero e espaço negligenciar etnia e raça como categorias estruturantes de nossa sociedade; e a possibilidade de acesso às referências ancestrais e contemporâneas a partir do diálogo entre a ciência geográfica e outras áreas de conhecimento na busca por uma abordagem contra colonial.

Palavras-chave: Território-quilombo. Mulheres quilombolas. Geografia.

ABSTRACT:

This work presents a review on the lack of discussions about ethno-racial relations in the field of Gender Geography and Feminist Geography. Thus, the article presents possible paths for a territorial approach based on the relationship between quilombo-women-geography. The methodological approach was developed through interdisciplinary bibliographic research. Reflections from the discussion showed that: (a) the representation of territory is not unique, it is not only symbolic or functional, but each of the following instances will also have a central role in the analysis: economic, political, social and cultural, (b) the category quilombo provides evidences that allow one to reflect on a reality that is not limited to the binary logic of gender and space. The maroon woman as the centrality of this approach is associated with the following considerations: the invisibility of her existence; the fact that advancement in the debate about gender and space neglects ethnicity and race as structuring categories of our society, and the possibility of access to ancestral and contemporary reference from the dialogue between geographic science and other areas of knowledge in the search for a counter- colonial approach.

Keywords: Quilombo-territory; maroon women; Geography.

RESUMEN:

Esta investigación presenta una lectura sobre la ausencia de discusiones a lo que corresponde la relación etno racial en la Geografía de Género y Geografía Feminista. En este sentido, este artículo enfoca la tríada quilombo-mujeres-geografía, los caminos posibles para un enfoque sobre territorio. El diseño metodológico se llevó a cabo con una investigación bibliográfica interdisciplinaria. Las reflexiones realizadas en este diálogo evidencian que: (a) el territorio no tiene una única interpretación, no es puramente simbólica ni



funcional, cada una de las instancias (económica, política, social y cultural) tendrá una centralidad en el análisis; y, (b) la categoría quilombo ofrece evidencias para pensar la realidad no circunscrita a la lógica binaria de género y del espacio. La mujer que damos centralidad es la quilombola, que está asociada a las siguientes consideraciones: la invisibilidad de su existencia; el hecho del avance en el debate de género y del espacio que niega la etnia y la raza como categorías estructurantes de nuestra sociedad; y la posibilidad de acceso a las referencias ancestrales y contemporáneas a partir del diálogo entre la ciencia geográfica y otras áreas de conocimiento en la búsqueda por un enfoque contra colonial.

Palabras-clave: Território-quilombo. Mujeres quilombolas. Geografía.

1 INTRODUÇÃO

A ciência geográfica, estruturada no cerne de uma base colonial, com um discurso de descoberta de áreas e de civilização de povos, mantém, no decurso de sua sistematização até os dias atuais, uma parcela de responsabilidade nas ações de exploração da natureza, do corpo e do imaginário social. Essa constatação não é um fim em si mesmo, mas um fato que nos propicia pensar outros sentidos para saberes geográficos científicos e vividos.

Durante décadas, a ciência geográfica discutiu, de maneira relacional, a sociedade e o espaço geográfico como objetos de análise. Milton Santos (2012; [1978]), na obra *Por uma nova Geografia: da Crítica da Geografia a uma Geografia Crítica*, coloca-se na proposição de uma definição do espaço, e, para isso, o autor questiona se o que interessa é a definição da geografia ou do espaço.

O espaço geográfico é uma abstração, uma elaboração consciente para pensar as categorias analíticas, considerando sua dinâmica temporal. O processo de revisitação das categorias analíticas dentro das ciências resulta da própria dinâmica da sociedade; isto é, a existência de diferentes ferramentas teórico-metodológicas de investigação possibilita a existência de diferentes representações da realidade. Não há um espaço geográfico igual a outro, portanto, são diferentes os sujeitos de enunciação do/no espaço.

Diante do exposto, a proposta deste artigo está situada na discussão do espaço a partir da sua realidade como território. Para isso, dialogamos sobre a contribuição da ciência geográfica nas discussões a respeito da categoria mulher e evidenciamos uma lacuna de estudos referente às relações étnico-raciais. Ante essa lacuna, propomos a realização de estudos sobre o território-quilombo em diálogo com as territorialidades de mulheres quilombolas.

2 TERRITÓRIOS E TERRITORIALIDADES: ALGUMAS POSSIBILIDADES PARA O DIÁLOGO

Território é uma categoria analítica envolvida por sentidos polissêmicos. A escolha de uma categoria para interpretar um fenômeno envolve diferentes formas de abordagens. Ramírez Velásquez e López Levi (2015, p. 12) argumentam sobre a existência de “[...] herramientas teóricas y metodológicas que posibilitarán explicar, interpretar, analizar y evaluar los procesos propios de



una realidad cada vez más compleja y cambiante como la que vivimos en la actualidad”. Sociedade e categorias analíticas são, portanto, dinâmicas; logo, é preciso dialogar com os deslocamentos de ambas.

As conceituações de território, discutidas por Claude Raffestin, Joël Bonnemaïson, Maria Geralda de Almeida e Miriam Calvillo Velasco, são evidências de que não é possível abordar uma representação única do território, seja ela somente simbólica e/ou funcional. O que se observa é que, em cada abordagem, a instância econômica, política, social e cultural terá uma centralidade na análise.

No que tange à representação espacial, Paulo César da Costa Gomes (2008) apresenta uma problematização em torno da geografia e da escala, e argumenta que

a raiz desse problema da representação, tanto analítica quanto cartográfica, parece residir na engenhosa hipótese de que há um fenômeno real, concreto, limitado e visível, e de que somos capazes de representá-lo com rigor e precisão, seja através de uma linguagem descritiva, seja através de uma linguagem cartográfica (GOMES, 2008, p. 40).

A ciência geográfica emerge como uma possibilidade analítica do espaço e de suas representações. A escala propicia o entendimento do fenômeno a partir de variadas respostas, ela não é absoluta e única em relação ao fenômeno, pode ser utilizada como instrumentalização das relações de poder em que oculta e/ou supervaloriza uma representação espacial. Do ponto de vista dos estudos sobre território, o autor ainda argumenta que transbordar as abordagens tradicionais associadas à escala pode contribuir para a expansão da geografia, ou seja, “[...] novos recortes territoriais são percebidos e analisados; novos fenômenos são passíveis de serem investigados e podem legitimamente fazer parte da agenda temática da geografia” (GOMES, 2008, p. 39). A contribuição do autor pode ser considerada em duas frentes, aquela que apresenta o grupo dos novos fenômenos, e aquela que evidencia grupos socialmente sub-representados e/ou estigmatizados.

A seguir, expomos algumas possibilidades de representações e escalas geográficas que abarcam territórios e territorialidades a partir de diferentes aportes teórico-metodológicos.

Na perspectiva clássica de Claude Raffestin (1993), o território exprime o espaço geográfico estruturado por tessituras, nós e redes. Todas as ações que envolvem a produção do território são consubstanciadas por relações de poder. O jogo estrutural que movimenta essas relações é articulado pelas intenções de um ator que produz as representações. A atuação interna e externa de manipulação desse poder apresenta variações, “[...] pois não existe somente um único ator” (1993, p. 148) nesse jogo de expressões da realidade.

Raffestin (1993) argumenta que os sistemas de objetos e de ações, de conhecimentos e de práticas do sistema territorial são um espaço relacional entre questões econômicas, políticas, sociais



e culturais, que articulam a casa, o trabalho, os símbolos, os cultos, os rituais, as territorialidades e os conflitos geografados no espaço por meio das diversas relações de poder. São variados os territórios produzidos pelos atores, assim,

o Estado está sempre organizando o território nacional por intermédio de novos recortes, de novas implantações e de novas ligações. O mesmo se passa com as empresas ou outras organizações, para as quais o sistema precedente constitui um conjunto de fatores favoráveis e limitantes. O mesmo acontece com um indivíduo que constrói uma casa ou, mais modestamente ainda, para aquele que arruma um apartamento. Em graus diversos, em momentos diferentes e em lugares variados, somos todos atores sintagmáticos que produzem “territórios”. Essa produção de território se inscreve perfeitamente no campo do poder de nossa problemática relacional. Todos nós combinamos energia e informação, que estruturamos com códigos em função de certos objetivos. Todos nós elaboramos estratégias de produção, que se chocam com outras estratégias em diversas relações de poder (RAFFESTIN, 1993, p. 152-153).

O sistema territorial abrange a face estrutural do território, assim, as territorialidades são as manifestações do vivido. A criação e a destruição dos sistemas de objetos e de ações, de conhecimentos e de práticas são inerentes à sua dinâmica, à sua funcionalidade. Para Raffestin (1993), a territorialidade é a multidimensionalidade do vivido, nesse sentido, o autor exemplifica que a representação do território para um Siciliano decorre da sua vivência cotidiana com as “[...] relações com o trabalho, com o não-trabalho, com a família, a mulher, a autoridade política” (1993, p. 162). Significa dizer que os diferentes atores são produtos e produtores de territorialidades a partir de estruturas que podem ser semelhantes para as sociedades, mas singulares nas suas representações.

Uma reflexão que se apresenta distinta de Raffestin (1993) é a enunciada por Bonnemaïson (2002 [1981]). Para esse autor, a territorialidade não pode ser reduzida a um sistema territorial, antes, expressa um comportamento vivido, uma relação com o território que ocorre afetiva e culturalmente, antes mesmo de se tornar um reflexo de apropriação do estrangeiro.

O convite para uma *Viagem em torno do Território* (2002 [1981]), de Joël Bonnemaïson, situa o espaço geográfico de suas pesquisas: as sociedades tradicionais insulares, dentro do “campo cultural” de análise. Para o autor,

a cultura hoje tende a ser compreendida como uma outra vertente do real, um sistema de representação simbólica existente em si mesmo e, se formos ao limite do raciocínio, como uma “visão de mundo que tem sua coerência e seus próprios efeitos sobre a relação da sociedade como o espaço” (BONNEMAISON, 2002, p. 86).



As argumentações de Bonnemaïson giram em torno de sua aproximação com autores anglo-saxônicos e franceses, denominados tropicalistas, que ancoram suas discussões sobre a importância da abordagem cultural concatenadas à perspectiva geográfica. O autor, fundamentado no ponto de vista de Jean Gallais, argumenta, ainda, sobre a oposição existente entre o espaço-descontínuo e o espaço-padrão, sendo o primeiro o espaço dividido do mundo tropical tradicional e o segundo relacionado às sociedades industriais (BONNEMAISON, 2002, p. 86).

Para Bonnemaïson (2002 [1981]), a etnia e o território são conceitos fundamentais para as reflexões articuladas na abordagem cultural da geografia. O autor propõe pensar os marcadores sociais associados às etnias tradicionais e às etnias modernas. Dessa forma, no primeiro caso, entende o grupo como “ser-coletivo”, como “espaço-território”, corporificado nas territorialidades culturalmente vividas. No segundo caso, as etnias modernas são mais fluidas, se comparadas às etnias tradicionais, e possuem espaços, mas não territórios, que são marcados por códigos e registros.

Em relação às etnias tradicionais, compreendemos a ancestralidade como elo que propicia a tradição – a continuidade – dentro de uma cultura; e, ainda, que essa tradição atravesse oceanos, o que resulta dessa travessia é o entrecruzamento de culturas e/ou a criação de novas culturas. Vale ressaltar que é na gênese ancestral que mitos, ritos e narrativas mantêm sua continuidade, ainda que resignificada. O sentido de tradição não se limita a uma imutabilidade, o movimento e a dinâmica social são atravessamentos tão relevantes quanto à materialidade do território e à simbologia do vivido.

Outro ponto de vista apresentado é o de Almeida (2005), que ressalta a produção de um território marcado por sua representação jurídica, política, técnica, econômica e social. Essa produção e organização do espaço atrai certos grupos sociais e repele outros. O outro é o reconhecimento de uma identidade, de uma diferença, Bonnemaïson (2002 [1981]) argumenta que “[...] a etnia constitui o primeiro encontro – e frequentemente o primeiro choque – com o fato cultural” (2002, p. 93). Choque este que pode ser associado ao entendimento de que grupos sociais que manipulam representações de um território não são, necessariamente, aqueles que vivem seu cotidiano, logo, esses grupos não estabelecem relações de afetividade e de conflitos resultante das territorialidades, chegando ao extremo de desconhecer e/ou invisibilizar outras existências.

Na discussão sobre fronteira e diáspora, Almeida (2009, p. 176) argumenta como a “[...] diáspora é um fenômeno que implica a territorialidade, a desterritorialização e reterritorialização”. São diversas as consequências que envolvem essa concepção, nesse caso, a autora aborda a situação do trabalhador brasileiro migrante na Espanha, condição situada na busca por melhores condições de vida. Assim, os processos geográficos que envolvem a diáspora são tramados na sua terra de



origem (desterritorialização) e as novas territorialidades são produzidas na vida cotidiana (reterritorialização).

O trabalho, no movimento diaspórico, é atravessado pelas relações de gênero e de qualificação profissional. Há uma evidenciação do corpo físico, seja nas práticas convencionais do serviço doméstico, ou nas não convencionais da prostituição. Hábitos alimentares, relações familiares, ritos religiosos são tecidos na busca por uma aproximação de seus pares, ainda que imersa em situação de estranhamento, tanto para o eu-migrante como para o outro. Desse modo, os ritos primários são circunscritos nas relações de proximidade com os semelhantes, sem negar a existência e os atravessamentos naquela outra cultura (ALMEIDA, 2009).

As realidades apresentadas são duas situações distintas dos processos geográficos de desterritorialização, tanto na escala, nas singularidades de identidade e de cultura quanto nas diferentes fronteiras associadas à vida cotidiana da realidade entre territórios. A lógica de poder inerente a um território constrange o outro à assimilação de uma cultura como forma de aceitação social, esta é uma alteridade repleta de ambiguidades, porque, mesmo que haja uma assimilação da cultura, esse outro será caracterizado como estrangeiro.

Pensar o território para além de um espaço delimitado supõe elaborá-lo como uma construção social envolvida por e a partir das relações de poder e relações afetivas. Nesse sentido, o território adquire sua expressão política, histórica e social, representada nas territorialidades, no sentido de pertencimento e de identidade. Sob esse ponto de vista, a consideração de Miriam Calvillo Velasco (2012) expõe o sentido dialético entre a teoria de gênero e a perspectiva da territorialidade.

Os estudos de gênero demonstram que essa categoria define posições sociais desiguais e, como consequência, refletem na ocupação desigual do/no espaço geográfico. Orientada pela teoria de gênero, Calvillo Velasco (2012) afirma que as territorialidades são construídas e atravessadas, real e simbolicamente, pelas experiências. Assim, a ideia de gênero – porque se situa no campo da construção social –, de feminilidade e de masculinidade é tramada nas relações sociais construídas com o lugar.

Calvillo Velasco (2012, p. 270) argumenta como a lógica binária de separação, “[...] cultura/natureza, sexo/gênero, homem/mulher”, institui relações de poder, e projeta a lógica de esfera da vida privada como espaço direcionado à mulher, e a vida pública como espaço ocupado pelo homem. A casa e o corpo são tomados por mecanismos de controle, interferindo sobre a espacialização das relações materiais e subjetivas no território. As relações de poder no território são múltiplas, no entanto, o gênero de dominação está associado às práticas masculinas e masculinizadas de controle.



O entendimento de gênero e de espaço, como construção social, não é um dado fixo, e o domínio das relações de poder instituídas na demarcação de espaços, público/privado, feminino/masculino estão associados à temporalidade e à espacialidade das discussões sociais. O corpo-território reproduz territorialidades que são atravessadas por relações e questões de gênero, de raça, de classe e de diversos marcadores de opressão.

A elaboração do termo *generidad*, por Calvillo Velasco (2012), emerge da afirmação de que não é possível pensar a territorialidade sem o avanço da discussão binária de gênero. A *generidad* amplia o debate sobre gênero e espaço na medida em que pensa além dessa lógica binária, isto é, “[...] el género sólo puede entenderse em certa temporalidade y espacialidad” (2012, p. 265). A *generidad* interrompe, com frequência e de maneira caótica, os símbolos e os significados atribuídos ao gênero dominante e possibilita deslocamentos sociais e culturais.

O gênero, do ponto de vista geográfico, evidencia uma representação do território e das territorialidades não como um dado fixo, mas relacional, temporal e espacial. Dialeticamente, a dinâmica do corpo-território projeta sua dinâmica na sociedade.

Dentro dessa discussão sobre gênero e espaço, propomos pensar a situação de mulheres quilombolas. Para isso, apresentamos alguns pontos de vista não situados na hegemonia acadêmica e que entendemos como basilares para que outros saberes sejam conhecidos e reconhecidos.

3 SOBRE GÊNERO E PONTOS DE VISTA CONTRA COLONIAL

Os Estudos Pós-coloniais têm sua origem nos Estudos Literários e nos Estudos Culturais embasados em autores como Edward Said, Gayatri Chakravorty Spivak e Home Bhabha. O paradigma pós-colonial, assim como argumenta Ana Francisca de Azevedo (2007), demarca uma crítica ao colonialismo, que é introduzida nas Ciências Sociais entre as décadas de 1950 e 1970 e investigada pelas Humanidades a partir da década de 1980.

O paradigma pós-colonial fundamenta-se em duas fases: a primeira, de levantamento de dados e informações, período associado à representação do sujeito colonizado por meio de instrumentos da própria cultura colonizadora e da constituição de trabalhos desenvolvidos, em sua maioria, por homens, europeus e norte-americanos. Já a fase seguinte é propositiva, porque a discussão pós-colonial envolve pesquisas marcadas pela diferença de gênero e de etnias (AZEVEDO, 2007).

Ainda que com ramificações distintas, os debates pós-colonial e de gênero emergem em momentos correlatos e/ou de continuidade em confronto com um ponto de vista científico, colonizador e organicista das relações sociais. Uma vertente de pensamento sistematizada, no final da década de 1970, está associada à organização do Movimento Negro Unificado (MNU) e ao Movimento de Mulheres Negras. Organizações que, ao exporem as desigualdades entre homens e



mulheres como resultantes de práticas racistas e sexistas, evidenciam as opressões direcionadas à população negra, mas, também, suas ressignificações, resistências e existências.

Duas importantes abordagens sobre mulheres são evidenciadas no final da década de 1960 e de 1970, respectivamente. No primeiro caso, Heleieth Saffioti, com a obra *A mulher na sociedade de classes: mito e realidade*, publicada em 1967, relata, a partir do método Materialista Histórico Dialético, a situação de desigualdade social atribuída à mulher. Ela demonstra como a divisão social do trabalho reflete na divisão sexual do trabalho, como as estratégias do modo de produção capitalista manipulam a condição do trabalho em relação à mulher, ao casamento e à maternidade, tanto como motivação admissional e/ou demissional.

Lélia Gonzalez (2018 [1979]) enegrece¹ a análise das mulheres nessa sociedade de classes. A autora argumenta que a mulher negra, na relação com o trabalho, enfrenta problemas oriundos de questões familiares e de casamento que são acrescidas à condição da desigualdade racial. A questão estética, associada à “boa aparência” e ao acesso à escolaridade são realidades sociais que condicionam a localização social da mulher negra no mercado de trabalho.

A década de 1980 foi um período de ampla disseminação das condições de desigualdades de gênero e de raça na sociedade brasileira. Na obra *Primavera para as Rosas Negras* (2018), resultado de uma compilação de artigos escritos por Lélia Gonzalez, entre 1979 e 1991, são apresentados dados e informações que situam a localização social da mulher negra brasileira em uma sociedade racista e sexista. Ainda, análises sobre trabalho, cultura, etnia e raça são evidenciadas por Gonzalez como resposta ao mito de uma democracia racial perpetuada neste país. A grandeza dessa obra tem profunda relação com disputas no campo da linguagem e da epistemologia, justamente porque, junto à representação da realidade de opressão, são evidenciadas as conquistas no campo da cultura, da produção teórica e da evidenciação de mulheres negras diaspóricas como responsáveis pela disseminação e pela continuidade da produção de saberes e fazeres ancestrais, evidenciando assim, que “[...] toda linguagem é epistêmica” (GONZALEZ, 2018, p. 331).

Na década de 1990, a socióloga Patricia Hill Collins, ao lançar a obra *Pensamento Feminista Negro: conhecimento, consciência e a política do empoderamento*, traduzida no Brasil em 2019, apresenta uma estrutura teórico-metodológica de análise da situação da mulher negra nos Estados Unidos, que revela possíveis contribuições para os estudos referentes à América Latina. Collins (2019 [1990]), ao produzir uma epistemologia feminista negra, oferece outras possibilidades metodológicas para o desenvolvimento de pesquisas nessa temática. Essa dimensão epistemológica apresenta uma profunda relação com a experiência dos sujeitos, a partir de

¹ GELEDÉS 2011. Enegrecer o Feminismo: A situação da Mulher Negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero.



temas centrais do pensamento feminista negro, como trabalho, família, política sexual, maternidade e ativismo público, [os quais] baseiam-se em paradigmas que enfatizam a importância das opressões interseccionais na modelagem de matriz de dominação estadunidense (COLLINS, 2019 [1990], p. 401).

Em síntese, podemos perceber que: a representação do território em seu cotidiano para um siciliano, como expõe Raffestin (1993); o processo migratório de brasileiros para a Espanha, como é enunciado por Almeida (2008); a divisão sexual do trabalho anunciada por Saffioti (2013 [1967]); a relação mulheres, raça e classe propagada por Gonzalez (2018); e a dimensão da experiência de mulheres negras estadunidenses, apresentada por Collins (2019), são construídas e atravessadas por relações de poder e de opressão que tensionam a lógica binária de gênero. Público/privado, homem/mulher, feminino/masculino são questões indissociáveis das relações étnico-raciais, como veremos na discussão a seguir.

4 E AS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS?

São inúmeras as relações de poder envolvidas na produção do território. A discussão referente à categoria gênero evidencia a lógica binária dos papéis atribuídos às mulheres e aos homens na sociedade e expõe, igualmente, a lógica binária das formas de se experienciar o espaço geográfico. Além disso, estudos fundamentados nas relações étnico-raciais evidenciam questões negras, étnicas e afro-diaspóricas, associadas às questões de gênero, de classe, de sexualidade e de suas espacialidades.

A geografia ignorou, durante décadas, estudos referentes aos espaços privados, não reconhecendo, assim, os corpos circunscritos a esses espaços. A partir da década de 1980, com a sistematização das Geografias de Gênero e Geografias Feministas, a situação da mulher começa a ser evidenciada nas pesquisas de Rosa Ester Rossini (USP), em 1983; de Sônia Alves Calio (USP), em 1991; de Maria das Graças Silva Nascimento Silva (UNIR), com o Grupo de Pesquisa em Geografia, Mulher e Relações de Gênero (GEPGÊNERO), fundado em 2000; de Telma Fortes Medeiros (UNIR), em 2008; de Susana Maria Veleza da Silva (FURG), em 1999; de Joseli Maria Silva (UEPG) e Marcio Ornat (UEPG), com a criação do Grupo de Estudos Territoriais (GETE-UEPG), em 2003; e de Aleksandro (Alex) J. P. Ratts, com o Laboratório de Estudos de Gênero, Étnico-Raciais e Espacialidades (LaGente-UFG), criado em 2008 (SILVA, 2016).

Pensar a situação da mulher na sociedade está associado ao ponto de vista enunciado por Angela Davis (2016), o de que somos mulheres, no plural, e essa situação está articulada às questões de raça e de classe. Diante do exposto, gostaríamos de propor uma reflexão a respeito do território-quilombo e da mulher quilombola.



Na década de 1980, a historiadora Beatriz Nascimento desenvolveu uma pesquisa direcionada para a continuidade histórica do fenômeno quilombo. Os procedimentos metodológicos associados à etnografia, à história oral, à observação participante e às buscas documentais evidenciaram a retomada dos estudos sobre o quilombo no Brasil. Essa continuidade histórica revela outras informações associadas à origem do quilombo, como: migrações, práticas culturais, práticas religiosas, casamentos inter-raciais e conflitos pela terra. Referências que estão ligadas às condições de vida dos negros no quilombo.

Seguimos as pistas dessa continuidade apresentada por Beatriz Nascimento para pensar o território-quilombo e as territorialidades. Do ponto de vista de uma leitura material, o quilombo está imbricado naquilo que Raffestin (1993) alude como redes, nós e tessituras organizadas por e a partir das relações de poder instituídas no território. Por meio dessas representações, os quilombos são apresentados de maneiras diversas. Os diferentes atores expressam sua compreensão sobre o fenômeno: o escravagista o considera um reduto de fugitivos; os quilombolas, a conquista da liberdade; em outras definições, “[...] o quilombo foi essencialmente um movimento coletivo, de massa” (CARNEIRO, 1985, p.15), “[...] o espaço geográfico onde o homem se sente oceano” (ORI, 1989).

A continuidade espacial do quilombo não se refere a uma linearidade espacial, pois os diferentes grupos projetam suas relações de poder no território. Na contemporaneidade, o fenômeno quilombo revela a imbricação no território-fronteira entre etnias modernas e etnias tradicionais. Há uma fronteira fluida entre etnias, regida por essas relações de poder.

Almeida (2005) argumenta como a fronteira separa as realidades de cada território, esse limite evidencia as identidades e as alteridades de cada grupo social. Desse modo, a alteridade é o reconhecimento do outro, não necessariamente a sua aceitação ou o seu desejo de estabelecimento de uma relação, é a afirmação da própria identidade e dos interesses que podem ser divergentes em relação a esse outro.

O território-quilombo, em sua origem, produzia uma organização socioespacial de enfrentamento e resistência à escravidão. Nesse sentido, Flávio Gomes (2015) argumenta que

o fator geográfico foi fundamental, não só em relação à economia, ecossistema e territorialidades, mas também nos embates contra expedições punitivas. Os quilombos eram comunidades móveis de ataque e defesa. Não houve algo como um quilombo de resistência *versus* um quilombo de acomodação. Circunstâncias locais e temporais – sem falar na especificidade demográfica – faziam de alguns quilombos unidades de guerrilhas (GOMES, 2015, p. 34).

O Art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT), da Constituição Federal de 1988, decreta que, “[...] aos remanescentes das comunidades dos quilombolas que



estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os títulos respectivos” (BRASIL, 1988). A organização socioespacial do quilombo, após a atribuição da cidadania aos povos quilombolas, é associada a outra realidade. Do ponto de vista político, a demarcação da terra é a garantia legal de uma continuidade espacial. No entanto, o sentido da terra é, aqui, anterior ao de território jurídico, ainda que o ator estatal reconheça, na ação da lei, um território, as dinâmicas e as territorialidades já estão, temporalmente, grafadas no território-quilombo, material e simbolicamente. O território-quilombo é uma terra coletiva, corporificada em territorialidades e experiências igualmente coletivas. Os deslocamentos migratórios, relações de trabalho, práticas culturais, práticas religiosas e conflitos são movimentos inerentes à vida cotidiana.

Estudos como os de Carneiro (1958) e Gomes (2015) apresentam fatos sobre a formação, a resistência à escravidão, o trabalho, a terra e a organização social do quilombo. Contudo, observamos nessas leituras as ausências e/ou projeções presumidas de representações das territorialidades das mulheres quilombolas. Como percebido na narrativa de Carneiro (1958):

os trabalhadores, aparentemente, dividiam-se por duas categorias principais – lavradores e artesãos. Os escravos procedentes das fazendas certamente se enquadravam no primeiro grupo e terão sido os responsáveis diretos pela policultura. As tropas holandesas que atacaram os Palmares notaram que as roças que encontravam a todo momento estavam sob a responsabilidade de dois ou três negros cada. Os artesãos, notáveis principalmente em Palmares, eram sobretudo ferreiros, embora houvesse “tôda sorte de artífices” nos mocambos. Os documentos antigos não indicam exatamente a atividade econômica a que se entregavam as mulheres, mas provavelmente fabricavam roupas com cascas de árvores e peles de animais, como nos Palmares, ou de algodão, como na Carlota, e produziam cêstos, abanos e trançados em geral. Talvez também as mulheres ajudassem os oleiros na fabricação dos potes e vasilhas de todos os tipos encontrados nos quilombos (CARNEIRO, 1958, p. 21-22).

Gomes (2015), ao informar sobre a demografia diversificada dos quilombos, argumenta que sua formação era instituída, em maior parte, por homens, e que a raridade de informações sobre a presença de mulheres está associada às intenções dos sujeitos que descreviam os quilombos. De acordo com esse autor,

devido à mobilidade dos quilombos é possível imaginar o papel da mulher diante de ataques, armadilhas e escaramuças. Quem sabe não estivessem protegidas em acampamentos no interior das florestas, cuidando das roças e da família? Certos mitos na memória coletiva de alguns remanescentes revelam a função das mulheres. Por exemplo, cabia a elas esconder o máximo de grãos na cabeça – entre seus penteados – e escapar para as matas, o mais longe possível. A economia de um quilombo atacado era reconstruída exatamente a partir desses grãos. Outras indicações sugerem sua função religiosa de proteção dos quilombos ao entrarem em transe para adivinhar o momento e local dos ataques punitivos (GOMES, 2015, p. 39).



A pesquisa de Adriana Sampaio e Ana Cláudia Pacheco (2015) relata que a produção teórica e científica sobre as mulheres quilombolas, em relação a sua identidade de gênero e ao pertencimento étnico-racial, permanece invisibilizada no espaço acadêmico. Assim,

a partir da realização do estado do conhecimento, utilizou-se como filtros mulheres Griôs e mulheres e identidade étnica em bancos de pesquisas como revistas e anais de eventos, porém nenhum resultado foi encontrado. Já com o filtro mulheres quilombolas foi possível encontrar algumas investigações, como resumos de teses de mestrado e doutorado na base de dados da CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior): entre os anos de 2011 e 2012 vinte e uma pesquisas foram realizadas. Dessas, apenas quatro dissertações tinham como tema mulheres quilombolas discutindo: trajetória educacional; identidades e territórios; histórias femininas; poder e resistências; fala e papel da mulher na comunidade quilombola (SAMPAIO; PACHECO, 2015, p. 57).

Em pesquisa realizada para elaboração desse artigo, utilizando o descritor “quilombo”² e o filtro “Área de conhecimento em Geografia”, localizamos 101 pesquisas com essa temática, sendo 81 de mestrado e 17 de doutorado, publicadas entre os anos de 1991 e 2022. Com base nos resultados encontramos realizamos um recorte de busca com foco em pesquisas sobre quilombo-mulheres-geografia (Quadro 1).

Quadro 1: Teses e Dissertações com foco na relação quilombo-mulheres-geografia

Nº	Autor/a	Tese/Dissertação	Território(s)	Instituição	Ano
1	Jussara Manuela Santos de Santana	Territorialidade quilombola: um olhar sobre o papel feminino em Caiana dos Crioulos, Alagoa Grande, PB	Caiana dos Crioulos – Alagoa Grande, Paraíba	UFPB	2011
2	Karoline dos Santos Monteiro	As mulheres quilombolas na Paraíba: terra, trabalho e território	Comunidades quilombolas localizadas na Zona da Mata Paraibana, Agreste Paraibano e Borborema	UFPB	2013
3	Raimunda Patrícia Gemaque Silva	O lado feminino do quilombo: território quilombola sobre o enfoque de gênero nas comunidades da Boa Vista e Moura, em Oriximiná-PA	Boa Vista e Moura – Oriximiná - PA	UNIR	2016
4	Eleusa Maria Leão	Mulheres quilombolas e ações de afirmação territorial, Uruaçu/GO	Uruaçu - GO	UFU	2019
5	Elaine da Silva Sousa	Protagonistas de sua história: territorialidades femininas da	Comunidade quilombola Dona	UFT	2021

² A plataforma BTDC/CAPES apresenta sensibilidade na busca entre palavras minúsculas e maiúsculas, sendo assim, utilizamos os descritores da seguinte maneira: “quilombo” Or “QUILOMBO”. Levantamento atualizado dia 24/07/2022. Disponível em: <https://catalogodeteses.capes.gov.br/catalogo-teses/#/>.



		comunidade quilombola Dona Juscelina em Muricilândia-TO	Juscelina em Muricilândia - TO		
6	Zenaira Santos	“A mulher é tudo, é guerreira”: mulheres, quilombo e cultura no território de São José da Serra no Rio de Janeiro ³	São José da Serra - RJ	UFG	2022

Fonte: BANCO DE TESES E DISSERTAÇÕES CAPES (2022).

Organização: SOUZA, Josy Dayanny Alves (2022).

Diante da pesquisa realizada, encontramos um número reduzido de estudos situados na tríade quilombo-mulheres-geografia. Compreendemos que a ciência geográfica ainda invisibiliza etnia e raça como relações estruturantes de nossa sociedade. Essa realidade denota a relevância na articulação entre a geografia e as demais áreas de conhecimentos, científico e vivido, para a compreensão das territorialidades de mulheres quilombolas.

Em 1988, Lélia Gonzalez apresentou uma importante contribuição teórica para pensar as realidades latino-americanas; suas investigações foram direcionadas para a pesquisa das marcas da africanização na América. Como resultado, evidenciou semelhanças culturais em torno de músicas, danças e sistemas de crenças representadas tanto no Brasil como em outras áreas da América. Ante tal percepção, a autora cunha a categoria Amefricanidade:

as implicações políticas e culturais da categoria de Amefricanidade (“Amefricanity”) são, de fato, democráticas, exatamente porque o próprio termo nos permite ultrapassar as limitações do caráter territorial, linguístico e ideológico, abrindo novas perspectivas para um entendimento mais profundo dessa parte do mundo onde se manifesta: A AMÉRICA e como um todo (Sul, Central, Norte e Insular). Para além do seu caráter puramente geográfico, a categoria Amefricanidade incorpora todo um processo histórico de intensa dinâmica cultural (adaptação, resistência, reinterpretação e criação de novas formas) que é afrocentrada, isto é, referenciada em modelos como: a Jamaica e o akan, seu modelo dominante; o Brasil e seu modelo *yorubá*, banto e *ewe-fon*. Em consequência, ela nos encaminha no sentido da construção de toda uma identidade étnica. Desnecessário dizer que a categoria de Amefricanidade está intimamente relacionada àquelas de Pan-africanismo, “Negritude”, “Afrocentricity” etc. (GONZALEZ, 2018 [1988], p. 329-330).

O ponto de vista apresentado pela Gonzalez permite a compreensão do quilombo como um fenômeno de reterritorialização amefricana, que tem, em suas raízes africanas – ancestralidades –, referências para a organização do território-quilombo no Brasil. Os processos de desterritorialização transatlântica são marcados pela violência da migração escravagista e por estratégias de apagamentos sociais e culturais. A reterritorialização na América, engendrada por encontros e

³ A dissertação foi defendida em 15/07/2022, foi aprovada e possui ficha catalográfica junto à biblioteca, no entanto, ainda não se encontra disponível no BTD/CAPES.



atravessamentos, produz complexas tramas socioculturais, potencializadoras de resistências, de atores políticos, e de outras organizações socioespaciais.

O aprofundamento sobre a categoria Amefricanidade é um caminho para a construção de uma identidade étnica e racial a partir de diferentes linguagens e em consideração a todas elas como epistêmicas.

A voz literária ficcional de Jarid Arraes (2020) evoca a memória de 15 mulheres negras que são apresentadas na linguagem de Cordel. Antonieta de Barros, Aqualtune, Carolina Maria de Jesus, Dandara de Palmares, Esperança Garcia, Eva Maria do Bonsucesso, Laudelina de Campos Melo, Luísa Mahin, Maria Felipa, Maria Firmina dos Reis, Mariana Crioula, Na Agontimé, Tereza de Benguela, Tia Ciata e Zacimba Gaba foram mulheres negras que contribuíram para a luta contra a escravidão no Brasil. Dentre elas, evidenciamos mulheres quilombolas, como Aqualtune, Dandara de Palmares, Tereza de Benguela, Mariana Crioula e Zacimba Gaba. Essa evidenciação nos oferece contrapontos a ideia da ausência e/ou de papéis presumidos sobre mulheres quilombolas e orienta a composição de narrativas contemporâneas de enunciação das vozes e de ações de mulheres quilombolas na sociedade.

A publicação da obra *Mulheres quilombolas: territórios de existências negras femininas* (2020), escrita e organizada por mulheres quilombolas acadêmicas e não acadêmicas, evidencia vozes e narrativas de saberes vividos, do cotidiano no quilombo, de lutas e conquistas, do entendimento e autodefinição do que é ser mulher quilombola. Nesse livro, são evidenciados temas centrais (Quadro 2) que envolvem lutas e territorialidades da população quilombola, em geral, e de mulheres quilombolas, em particular.

Quadro 2: Vozes narrativas de mulheres quilombolas

Autora(s)	Território	Linguagem/Temas
Ana Cleide da Cruz Vasconcelos	Quilombo Arapemã – Santarém, PA	Mulheres da Amazônia e Povo Negro
Selma dos Santos Dealdina	Angelim III – Território do Sapê do Norte, São Mateus, ES	Mulheres quilombolas: defendendo o território, combatendo o racismo e despatriarcalizando a política
Coletivo de Mulheres CONAQ	Brasil	Quando uma mulher quilombola tomba, o quilombo se levanta com ela
Givânia Maria da Silva	Conceição das Crioulas – Salgueiro, PE	Mulheres quilombolas: afirmando o território na luta, resistência e insurgência negra feminina
Maria Aparecida Mendes	Conceição das Crioulas – Salgueiro, PE	“Saindo do quarto escuro”: violência doméstica e a luta comunitária de mulheres quilombolas em Conceição das Crioulas Violência doméstica
Vercilene Francisco Dias	Vão do Moleque, Território Kalunga – Cavalcante, GO	Eu Kalunga: pluralismo jurídico e proteção da identidade étnica e cultural quilombola



Amária Campos de Sousa; Débora Gomes Lima; Maria Aparecida Ribeiro de Sousa	Comunidade Dona Juscelina – Muricilândia, TO; Comunidade Pé do Morro – Aragominas, TO; Prata – São Felix, TO	Da comunidade à universidade: trajetórias de luta e resistência de mulheres quilombolas universitárias no Tocantins
Gessiane Nazário	Quilombo da Rasa – Armação dos Búzios, RJ	Trajetória acadêmica, raça e identidade quilombola: um breve relato biográfico
Sandra Maria da Silva Andrade; Ana Carolina Araújo Fernandes	Quilombo Carrapatos da Tabatinga – Bom Despacho, MG; Antropóloga	“Eu sempre fui atrevida” alguns movimentos de uma filha de Xangô na luta quilombola
Valéria Pôrto dos Santos	Quilombo Pau D’arco e Parateca – Malhada, BA	Quilombo Pau D’arco e Parateca: quando vozes negras se (re)envolvem na construção de caminhos para a participação coletiva
Carlídia Pereira de Almeida	Quilombo Lagoa do Peixe – Bom Jesus da Lapa, BA	Sementes Crioulas, da ancestralidade para a atualidade: o protagonismo dos saberes tradicionais do povo quilombola de Lagoa do Peixe
Dalila Reis Martins	Engenho II – Território Kalunga, Cavalcante, GO	Mulher quilombola em poema
Mônica Moraes Borges	Território étnico de Alcântara, MA	O que é ser uma mulher quilombola?
Rejane Maria de Oliveira	Quilombo Maria Joaquina – Cabo Frio, RJ	Eu, mulher quilombola
Andreia Nazareno dos Santos	Quilombo de Grossos – Bom Jesus, RN	Ser mulher quilombola
Nilce de Pontes Pereira dos Santos	Quilombo Ribeirão Grande/Terra Seca – Barra do Turvo, SP	Como me vejo mulher quilombola

Fonte: DEALDINA, Selma dos Santos (2022).

Organização: SOUZA, Josy Dayanny Alves (2022).

O acesso às referências ancestrais e contemporâneas pode contribuir para que dentro da ciência geográfica sejam orientadas e desenvolvidas pesquisas e estudos referentes às territorialidades de mulheres quilombolas como ferramenta ativa de enfrentamento às abordagens coloniais.

5 PARA NÃO CONCLUIR

O território é o espaço geográfico onde são manifestadas diferentes relações de poder. Os grupos que atuam sobre o território não são, necessariamente, os grupos que vivenciam as territorialidades. Entre o quilombo e a Comunidade Remanescente Quilombola existem as relações de poder do Estado e sua influência militar e jurídica no território.

As territorialidades produzidas por grupos quilombolas evidenciam que o trabalho, a economia, as práticas culturais e as práticas religiosas são imanentes do território. A invisibilização dessas relações também se deve ao fato das narrativas produzidas sobre quilombos e quilombolas – território e gênero – seguirem interesses políticos/econômicos de representação dessa realidade.



O quilombo é a continuidade espaço-temporal das relações materiais e imateriais no território; seu significado está evidente nas representações ancestrais e contemporâneas de resistência. O movimento de mulheres quilombolas ancestrais, como Aqualtune, Dandara de Palmares, Tereza de Benguela, Mariana Crioula e Zacimba Gaba, e de mulheres negras contemporâneas, com destaque para Beatriz Nascimento [quilombo] e Lélia Gonzalez [mulheres e raça], faz referências afetivas e intelectuais sobre a elaboração das representações materiais e simbólicas da/para população negra brasileira em geral, e da população quilombola, em particular.

A ausência de informações sobre as territorialidades de mulheres quilombolas e o número reduzido de estudos relacionados à tríade quilombo-mulheres-geografia, evidenciaram três respostas: a) há um avanço na realização de pesquisas sobre o gênero feminino, que demonstra como esse gênero esteve “aprisionado” ao espaço privado; b) esse é um avanço com ressalvas, pois não articulou gênero e relações étnico-raciais; e c) é possível encontrar referências ancestrais e contemporâneas que possibilitem o diálogo entre a ciência geografia e as demais áreas de conhecimento na busca por uma abordagem contra colonial.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Maria Geralda de. Fronteiras, Territórios e Territorialidades. **Revista da ANPEGE**, v. 1, n. 2, 2005, p. 103-114.
- ALMEIDA, Maria Geralda de. Diáspora: Viver entre-territórios e entre-culturas? In: SAQUET, M. A.; SPOSITO, E. S. (Orgs.). **Territórios e Territorialidades: Teorias, processos e conflitos**. São Paulo: Expressão Popular, 2009, p. 175-195.
- ARRAES, Jarid. **Heroínas negras brasileiras em 15 cordéis**. São Paulo: Seguinte, 2020.
- AZEVEDO, Ana Francisca de. Geografias Pós-Coloniais: contestação e renegociação dos mundos culturais num presente pós-colonial. In: PIMENTA, J. R. et. al. (Org.). **Geografias Pós-Coloniais**. Livraria Figueirinhas, 2007, p. 31-69.
- BONNEMAISON, Jöel. Viagem em torno do território. In: CORREA, R. L. ROSENDAHL, Z. **Geografia Cultural**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2002 [1981], p. 82-132.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 10 out. 2020.
- CALVILLO VELASCO, Miriam. Territorialidad del género y generidad del territorio. In: RAMOS, M. E. R.; LARA, A. F. L. (Orgs.). **Explorando Territorios: una visión desde las ciencias sociales**. México. 2012, p. 236-293.
- CARNEIRO, Edison. **O Quilombo dos Palmares**. 2. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1958.
- COLLINS, Patricia Hill. **Pensamento feminista negro: conhecimento, consciência e a política do empoderamento**. São Paulo: Boitempo, 2019 [1990].



DAVIS, Angela. **Mulheres, Raça e Classe**. São Paulo: Boitempo, 2016.

GELEDÉS. 2011. Enegrecer o Feminismo: A situação da Mulher Negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/enegrecer-o-feminismo-situacao-da-mulher-negra-na-america-latina-partir-de-uma-perspectiva-de-genero/>. Acesso em: 03 mai. 2022.

GOMES, Flávio dos Santos. **Mocambos e quilombos**: uma história do campesinato negro no Brasil. São Paulo: Claro Enigma, 2015.

GOMES, Paulo César da Costa. Sobre Territórios, Escalas e Responsabilidade. In: HEIDRICH, A. L. et. al. (Orgs.). **A Emergência da Multiterritorialidade**: A ressignificação da relação do humano com o espaço. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008, p. 37-44.

GONZALEZ, Lélia. **Primavera para as rosas negras**. Diáspora Africana: Editora Filhos da África, 2018.

LEÃO, Eleusa Maria. Mulheres quilombolas e ações de afirmação territorial, Uruaçu-GO. 2019.175 f. **Tese (Doutorado em Geografia)** - Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2019.

MONTEIRO, Karoline dos Santos. As mulheres quilombolas na Paraíba: terra, trabalho e território. 2013. 233 f. Dissertação (**Mestrado em Geografia**) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2013.

ÔRI. Direção: Raquel Gerber. Pesquisa, textos e narração: Beatriz Nascimento. Brasil, 1989. 89 min.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993.

RAMÍREZ VELÁSQUEZ, Blanca Rebeca; LÓPEZ LEVI, Liliana. Introducción. In: VELÁZQUEZ, Blanca Rebeca Ramizes (Org.). **Espacio, paisaje, región, territorio y lugar**: la diversidad en el pensamiento contemporáneo. México: Universidad Nacional Autónoma de México. Instituto de Geografía, 2015, p. 9-17.

RATTS, Alecsandro (Alex) J.P. **Eu sou atlântica**: sobre a trajetória de vida de Beatriz Nascimento. São Paulo: Imprensa Oficial/Instituto Kuanza, 2006.

SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani. **A mulher na sociedade de classes**. 3. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

SAMPAIO, Adriana Cardoso; PACHECO, Ana Cláudia Lemos. Mulheres grãos quilombolas: um estudo inicial sobre identidade de gênero e identidade étnica. **Pontos de Interrogação**, Alagoinhas (BA), v. 5, n. 2, p. 55-70, 2015.

SANTANA, Jussara Manuela Santos de. Territorialidade Quilombola: um olhar sobre o papel feminino em Caiana dos Crioulos, Alagoa Grande, PB. 2011. 95 f. **Dissertação (Mestrado em Geografia)** - Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2011.

SANTOS, Milton. **Por uma geografia nova**: da crítica da geografia a uma geografia crítica. 6. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2012 [1978].

SILVA, Raimunda Patrícia Gemaque da. **O lado feminino do quilombo**: o território quilombola sobre o enfoque de gênero nas comunidades da Boa Vista e Moura, em Oriximiná- PA. **Dissertação de Mestrado**. Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal de Rondônia, 2016.



SOUSA, Elaine da Silva. Protagonistas de sua história: territorialidades femininas da Comunidade Quilombola Dona Juscelina em Muricilândia-TO. **Dissertação (Mestrado em Geografia)**. Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal do Tocantins, 2021.